

Patrimônios, Museus e Subjetividades ¹

Alexandre Fernandes Corrêa [†]

Universidade Federal do Maranhão (Brasil)

Resumo: Este artigo é uma reflexão sobre a importância da política cultural enquanto política pública emancipatória e autonomista. Como exercício crítico enfoca-se o modelo clássico de preservação de objetos e coleções – expresso na equação museu-monumento-patrimônio – em diálogo com as novas formas de subjetividade contemporânea. Através de uma nova etnologia regional identifica-se o surgimento de novos objetos e coleções marginais, que subvertem a lógica cultural burguesa. Novos museus e novos lugares da memória convidam ao desafio de repensar novas perspectivas e vertentes para a patrimonialização e a promoção cultural e étnica da sociedade brasileira e latino-americana.

Palavras-chave: Memórias Sociais; Patrimônio Cultural; Etnologia Regional; Subjetividade; Museus

Abstract: This article is a reflection about the importance of the cultural politic while autonomist and emancipates public politic. Propose as critic exercise squander the classic model the preservation of the objects and collections – show in the equation museum-monument-patrimony – dialoging with the news forms of the contemporary subjectivity. The new regional ethnology identify the emerging of the news objects and outsiders collections, that subverting the bourgeoisie cultural logic. News museums and the news memory places invite at the challenge of the reflect news perspectives and slopes to the cultural and ethnic heritage promotion in the Latin-American and Brazilian society.

Keywords: Social Memories; Cultural Heritage; Regional Ethnology; Subjectivity; Museums

[†] • Prof. Adjunto em Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (DEPSAN). Doutorado em Ciências Sociais (PUC/SP-2001). Coord. do Grupo de Pesquisa Patrimônio e Memória (GPPM). E-mail: alex@ufama.br

Usos Culturais dos Acervos Patrimoniais e Museológicos

Que significa um 'patrimônio da humanidade', quando ele mesmo não funciona como patrimônio local, municipal, regional? (Menezes, 1996: 98).

Introduzindo o tema central desta reflexão, desejamos enfatizar aspectos que se revelam cada vez mais significativos num ambiente efervescente e que sofre na atualidade um intenso investimento econômico e político-cultural. Trata-se do setor terciário da economia local de São Luís do Maranhão². Nossa atenção aqui recai sobre os “usos culturais” dos acervos patrimoniais e museológicos – especialmente os etnográficos e os folclóricos – agenciados pela indústria turística e hoteleira recentemente implantada nesta parte do País. No sentido de propor uma reflexão etnológica sobre estes fenômenos, escolhemos caracterizar sumariamente o modelo clássico de preservação de objetos e coleções representado na equação museu-monumento-patrimônio³. Este modelo, aqui caricaturado *grosso modo*, é o que tem predominado, mesmo de maneira precária, na museologia provinciana do Maranhão. As características deste modo de fazer e conceber museus são bem conhecidos de todos nós, mas é interessante sublinhar alguns pontos para que possamos vislumbrar as alternativas possíveis a este modelo, que se esgota a cada dia. Em poucas palavras, trata-se de um procedimento museológico conhecido, o qual a população em geral resume numa frase simples: o museu é “um depósito de coisas velhas”.

Como é sabido de todos, não temos na América Latina uma cultura museológica nos mesmos moldes que nos países da Europa e da América do Norte. Nestas nações os museus fazem parte do cotidiano das pessoas, estão integrados aos sistemas educativo, recreativo, moral e econômico. Entre nós raramente vemos algo semelhante ou que tenha tal alcance social⁴.

Desponta como novidade na repetição do esquema de percepção museu-monumento-patrimônio, o surgimento de novos lugares onde se guardam objetos e coisas da cultura, da culinária, do artesanato e do folclore.

Contudo, desta vez, estes *museus* (ou Centros/Casas de Cultura) são para os turistas nacionais e estrangeiros, isto é, para os *outros*, que visitam as nossas cidades *turísticas*⁵.

A realidade museológica em São Luís é limitada ao convencionalismo, como se pode imaginar. O que merece alguma atenção são as transformações que vêm ocorrendo num contexto de espetacularização dos símbolos e signos culturais locais, *usados* como mercadorias pela indústria turística e hoteleira incipiente e voraz. O artesanato e o folclore regional vêm sofrendo o mesmo impacto. Promovendo a produção de uma nova série de reproduções de imagens e objetos de cultura regional, os signos da identidade local recebem um tratamento mais moderno. Trata-se na verdade de uma re-leitura tecnologicamente sofisticada e de uma apropriação dos signos e símbolos culturais – tanto os bens culturais populares marginais⁶ como os integrados ao Panteão Tradicional Maranhense⁷.

No que tange mais diretamente ao Centro Histórico da capital, temos alguns museus tradicionais como o Museu Histórico e Artístico, o Museu de Artes Sacras, o Museu de Artes Visuais, Centros de Folclore e Arte Popular, entre outros. Todavia, estes *lugares da memória* sacralizada funcionam de forma precária e sem regularidade na produção de novas *exposições* ou pesquisa propriamente dita. Mais recentemente surgiram a Casa do Maranhão, o Museu Histórico Natural, Arqueológico e Paleontológico, além de novos lugares de comercialização de artesanato e especiarias regionais, como o Mercado das Artes. Todos seguem o modelo referido reproduzindo a mesma concepção museológica. Contudo, deve-se ressaltar que estes novos estabelecimentos incorporam novas linguagens, mais sofisticadas, usando de suportes tecnológicos para um processo efetivo de espetacularização dos recursos turísticos dessa região do País.

Desafio do Investimento Museológico nas Subjetividades Populares

É nesse contexto que propomos algumas interrogações concernentes ao campo do patrimônio e da museologia contemporâneos. Numa pletora de significantes cultu-

rais plurais, excesso transbordante de referenciais étnicos diversificados, pergunto: como ainda pode se manter hegemônica a subjetividade dominante? Será possível imaginar novas formas de gestão cultural em que as subjetividades marginais possam escapar da lógica cultural burguesa? Por quê num país com tamanha diversidade cultural e étnica, as formas de expressão dos seus diferentes grupos formadores não são objeto efetivo de um investimento coletivo nas memórias sociais plurais?

Na primeira tentativa de responder a estas perguntas vamos às fontes e aos clássicos da sociologia e antropologia brasileira⁸, neles encontramos as análises clássicas da mestiçagem e do sincretismo cultural brasileiro. O que tem implicado um cruel apagamento e esquecimento das singularidades e particularidades culturais da realidade brasileira e latino-americana. Pode se dizer que os clássicos têm se limitado a descrever as estratégias da “ideologia do branqueamento”. Entretanto, estes cânones não têm conseguido responder as interrogações mais profundas do dilema social brasileiro. O problema é bem mais complexo, pois emerge num contexto contemporâneo novo e mutante chamado globalização.

No que se refere mais propriamente a pesquisa dos patrimônios e dos acervos museológicos, somam-se, àquelas indagações anteriores, outras, ainda mais instigantes: de que maneira o social pode ser objeto de museologia? Quais são as formas renovadoras possíveis à museologia dominante? Podemos falar de uma museologia popular alternativa, capaz de dar conta de um trabalho coletivo de investimento nas memórias sociais e naturais⁹ dos grupos populares negligenciados pela museologia tradicional? É viável propor uma nova gestão política do teatro das memórias sociais regionais e nacionais? Como pensar num investimento coletivo nos sujeitos sociais a margem da lógica cultural burguesa?

Vislumbramos como campo de reflexão emergente neste domínio o surgimento de uma nova etnologia regional que investigue as transformações locais dos paradigmas globais de ação cultural. Através de um trajeto interpretativo e crítico, que passa pela antropologia simbólica contemporânea, se pode ir para além das constatações esta-

tísticas da realidade social. E como foi colocado por Davallon e Carrier, em texto informativo sobre as novas práticas museológicas possíveis, existe a chance de uma nova trilha, muito mais interessante e estimulante:

Do ponto de vista dos princípios, conclui-se que a museologia popular não está dirigida aos objetos a conservar ou a exibir a um público, mas sim aos sujeitos sociais¹⁰ (Jeudy, 1990: 31).

Museologia Etnológica Regional Não-Exótica

O ponto crítico desta reflexão se funda na possibilidade futura de uma museologia dirigida aos sujeitos sociais. Pensamento que emerge inspirado numa nova etnologia não-exótica e não-colonialista (Jeudy, 1990). Um novo modo de pensar museus em que as mentalidades, as maneiras de sentir e de agir – para além dos objetos, coleções e edifícios – tornam-se foco de uma investigação museológica e patrimonialista criativa e transformadora. Pois, a conservação e a preservação natural e cultural só adquirem sentido no cumprimento de uma integração, isto é, da inserção concreta do sistema de museus no contexto econômico e sócio-cultural mais amplo.

Percebemos que o museu tradicional perde cada vez mais seu significado político habitual e eventual. Transforma-se gradualmente, sob o impacto da globalização atual, num *centro* onde se exprime a dinâmica social de grupos que trabalham sobre a identidade, a filiação e a legitimidade, utilizando a memória e o passado como “motores” de tal reflexão.

Objeto cultural polimorfo, o social pode se prestar então a todas as manipulações de sentido (Jeudy, 1990: 32).

Como exemplo de um trabalho social de gestão do patrimônio numa lógica não clássica, temos o *Écomusée de la Maison du Fier-Monde* de Montreal no Canadá:

Esse ecomuseu foi implantado no bairro centro-sul, um dos bairros mais pobres da metrópole, e sua intenção é fazer da preservação do patrimônio um instrumento de educação e de ação coletiva, criando assim um espaço que serviria de lugar de encontro para reuniões de

todo tipo. Portanto não se trata mais da cultura técnica, nem de uma conservação museográfica de objetos ou de documentos. Pesquisa e exposições são realizadas a partir de uma tentativa de tornar atual e viva a história do bairro. Esforços de animação cultural preparam e prolongam as exposições construídas com habitantes do bairro que, na sua maioria, são operários (Jeudy, 1990: 33).

O referido ecomuseu, como se pode perceber, apresenta-se como um centro de interpretação da vida, da cultura e da tecnologia operárias: algo sem precedentes no contexto regional maranhense. Esse eco-museu canadense passa a ser uma espécie de centro “motor”¹¹, que se quer “museologia comunitária” e que se propõe uma missão. Para os autores deste projeto, é preciso pôr fim a ideologia segundo a qual existe uma cultura universal, que agrupa a todos sem fronteiras de classe ou cultura¹². É um projeto militante, engajado, que não esconde suas ambições de uma revalorização das culturas de classes sociais subalternas e dominadas, opondo-se a museologia burguesa passiva e consumista.

Vê-se então que o social é com isso totalmente investido aí, tornando-se o objeto absoluto das ações culturais. O chamado ecomuseu preocupar-se-á doravante com o bem-estar dos residentes, moradores e habitantes. Preocupar-se-á com a vizinhança e com os pontos de referência coletivos, e não mais com o futuro de um “novo” turismo cultural ansioso por compreender as transformações de um bairro, ou sítio histórico, expressão de uma vã curiosidade. Não é que este novo tipo de prática e empreendimento seja fincado num princípio “romântico” ou “utópico anti-capitalista”, que nega a mercadoriatismo, mas, pelo contrário, por que acredita que o próprio turismo há de se transformar num produto de qualidade nova, no qual as viagens ganham sentido como viagens de aventura, de fruição quase filosófica: viagens de troca simbólica que não sejam fruto da ansiedade consumista vazia e niilista. O turismo cultural não pode ser uma pílula exótica para aplacar o tédio da padronização sufocante das contemporâneas ditas pós-modernas. Daí defendermos uma educa-

ção patrimonial e museológica radical, isto é, uma nova *paidea*, uma nova pedagogia das viagens pelo país e pelo mundo:

Essa pedagogia parte muito naturalmente da cultura vivida, isto é, do conjunto de conceitos, atos e acontecimentos da vida cotidiana, e num marco tridimensional, isto é, o espaço, o tempo e o contexto social. A ação cultural acha-se voltada para problemas reais de trabalho, habitação, lazer, família, vida grupal etc., e deve focar também os problemas existenciais (Binette apud Jeudy, 1990: 34).

Novos Patrimônios e Novos Museus

Das nossas pesquisas em São Luís do Maranhão percebemos que amadurecem cada vez com maior intensidade novos pontos de referência cultural coletivos. Apesar de vivermos um contexto político e econômico nacional e latino-americano muito complexo; novas esperanças têm se sedimentado no campo das políticas culturais desde a Constituição Federal de 1988 (Corrêa, 2003). Em lugar de morrerem nos seus cantos abandonados com suas lembranças pessoais, suas alegrias e tristezas, os habitantes de bairros urbanos e rurais, vizinhanças de parques e de monumentos, de terreiros e de vilas, etc., começam a partilhar suas memórias e a assumir as relações que estas possam ter com o tempo presente. As ruínas da sociabilidade estão postas como novas apostas coletivas – aquelas “velhas e amareladas cartas” – e dessa redistribuição caleidoscópica ao infinito nasce a troca comunitária museal em que se pretende abolir a alienação sistemática (Jeudy, 1990).

Trata-se, sem dúvida, de um desafio lançado contra essa negação e esse esmagamento produzido pela cultura burguesa dominante. O programa é de longa data: difícil e repleto de idas e vindas. Muitos começos e re-começos irão se repetir, muitas alegrias e frustrações vão se revezar: nem todas as sementes, mesmo que boas, germinam. O certo é que o reconhecimento dessa força latente de uma vida social reencantada não tem mais fim, e, quem sabe, poderão continu-

ar presentes nas animações culturais do futuro.

Percebemos que o desejo de retomar uma forma simbólica da troca aparece claramente na maneira pela qual os habitantes de uma região se reúnem, discutem, intercambiam documentos e projetos para transcrever e inscrever os traços da memória coletiva. Para além do cuidado em preservar as identidades culturais ameaçadas de desaparecimento, se manifestam desejos ainda impotentes – posto que presa das armadilhas da conservação – de recuperar a vida social e afetiva em práticas simbólicas autênticas¹³. Por trás das representações da memória coletiva estabelece-se à vontade de restabelecer verdadeiramente modalidades de troca que foram e que ainda estão sendo destruídas¹⁴.

Em suma, pretendemos aqui enfocar criticamente o modelo clássico de preservação de objetos e coleções – expresso na conhecida equação museu-monumento-patrimônio – no diálogo político com as formas de subjetividade contemporânea. Esse trabalho se dá num novo contexto sócio-cultural em que emergem novas séries de objetos e coleções expressando novas subjetividades que disputam a cena patrimonialista atual. A reflexão desenvolvida percorre o trajeto da lógica da preservação do objeto antigo à construção do espaço museal da memória do presente. Cotidiano e alteridade em diálogos transversais colocam em questão o modelo estabelecido de fossilização do vivido.

Através de uma etnologia regional não-exótica novos objetos e coleções marginais emergem subvertendo a lógica cultural dominante. Faz-se necessário, em alguns casos, um trabalho terapêutico da memória. Este trabalho invoca uma outra cena, uma nova cenografia da sociabilidade. Nesse caminho, talvez resulte uma nova gestão política do teatro das memórias, desencadeando um novo processo de investimentos nas heranças bio-culturais populares. O espírito deste trabalho, portanto, se funda no princípio constitucional em vigor que é o de promover uma verdadeira cidadania cultural, com a inclusão social de todos os grupos humanos numa sociedade mais democrática e plural.

Nesse sentido, os novos museus do social

e da natureza surgem num contexto de resistência das identidades culturais nacionais e regionais, frente a um processo de homogeneização planetário avassalador, chamado globalização, que tem colocado em risco diversos acervos ainda não inventariados pelas instituições oficiais e não-oficiais de pesquisa. Novos museus e novos lugares para as memórias plurais convidam ao desafio de repensar e inaugurar novas perspectivas e vertentes para a patrimonialização e promoção das diferenças culturais e étnicas na sociedade brasileira e latino-americana.

Política Cultural em Perspectiva

Por fim, arriscamos colocar alguns pontos a cerca de uma possível política cultural como exercício de política pública emancipatória e autonomista¹⁵. Ao tentar enfocar a problematização de temas específicos em política cultural, privilegiamos o foco nas memórias sociais e nas políticas do patrimônio implementadas em São Luís¹⁶. Porém, isto é mais do que certo, antes de apresentar soluções, a política cultural deve tratar de construir problemas¹⁷.

De um modo direto cabe ressaltar que as soluções devem ser buscadas pelos próprios “sujeitos” das políticas culturais – que têm seu papel a representar também no equacionamento dos problemas pertinentes. A construção de um problema nesta área do conhecimento é já o passo necessário para resolvê-lo e esse passo cabe à política cultural. Em outras palavras, a política cultural assume sua expressão máxima na figura da *ação cultural*, entendida como a criação das condições para que os indivíduos e grupos criem seus próprios fins emancipatórios (Coelho, 1999, 2001).

Nas nossas pesquisas temos tentado analisar as transformações recentes que a noção de patrimônio tem sofrido na sociedade brasileira contemporânea. Geralmente associada a um significado econômico e quase sempre a disputa por espólio ou herança familiar – passando pelo significado jurídico ligado a propriedade ou conjunto de bens e valores de diferentes instituições sociais – a noção de patrimônio se expandiu na sociedade ocidental para área artística e arquitetura, desenvolvendo-se intimamente vincu-

lada à idéia de monumento histórico. Atualmente observamos metamorfoses que alastram ainda mais o domínio desta noção, ao menos no contexto dos idiomas neo-latinos. Percebemos seu uso difundindo-se por diversas áreas do conhecimento humano, como a genética, a ciência, o meio ambiente, a linguagem, o folclore, os conhecimentos tradicionais e assim por diante. Considerando o vasto domínio que a noção hoje abarca, tenho procurado através de uma perspectiva antropológica, compreender as transformações desta noção especificamente no meio popular, isto é, perceber como a população tem representado estas mudanças e como tem assimilado as variações semânticas e políticas.

O foco principal da análise é o gerenciamento político e administrativo na área preservacionista regional da cidade de São. Cumpre afirmar que esta pesquisa não se limita apenas a mais uma interpretação dos significados populares da noção de patrimônio cultural ou coletivo – tema intimamente vinculado ao grande tema da cidadania cultural, dos direitos culturais e dos direitos difusos, promovidos após a Assembléia Constituinte de 1988. O trajeto político desta pesquisa implica num engajamento efetivo e propositivo no ambiente social e cultural local.

Levando-se em conta a possibilidade de uma ação-cultural prospectiva, constatamos a necessidade emergencial de se articular um novo investimento coletivo nas memórias sociais, especialmente as que estão marginais à lógica cultural dominante¹⁸. O cenário geral que se esboça hoje, apesar de repleto de conformismos de toda ordem, parece demandar um debate franco sobre um novo gerenciamento político do teatro das memórias, tanto naturais como sociais. O dilema da exclusão e da inclusão da maioria da população no processo social repercute inevitavelmente nas políticas de preservação e promoção dos valores culturais nacionais e regionais. Deste modo, adentrando no domínio mais específico da política cultural, nos propusemos aqui a estimular uma reflexão crítica e democrática sobre as políticas públicas na área do patrimônio cultural e da memó-

ria social em nosso País.

Referências

- Azevedo, Fernando de.
1971. *A cultura brasileira*. Ed. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Buarque De Holanda, Sérgio.
1995. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Castro Maya, Raymundo Ottoni de.
1967. *A floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro: Bloch.
- Castoriadis, Cornelius.
1992. *As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
1998. *A autonomia em política*. In, Margem N. 7, São Paulo, PUC. Agosto de 1998.
2002. *As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Coelho, Teixeira.
1999. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras.
2001. *O que ação cultural?* São Paulo: Brasiliense.
- Corrêa, Alexandre Fernandes.
2003. *Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais de São Luís e São Paulo*. São Luís: EDUFMA.
- Ferretti, Sergio F.
1998. *O futuro do tambor de mina no maranhão*. VIII Jornada sobre Alternativas religiosas na América Latina. ST03 “Os afro-brasileiros”. São Paulo.
- Freyre, Gilberto.
1972. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record.
- Jeudy, Henri-Pierre.
1990. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense.
- Lévi-Strauss, Claude.
1975. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
1976. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Menezes, Ulpiano T. Bezerra de.
1996. Os “usos culturais” da cultura. In, IAZIGI, E. (Org.) *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: Hucitec/FINEP.
- Moreno, Júlio.
1996. *Memórias de Armandinho do Bixi-*

ga. São Paulo: SENAC. Museu das Crianças. 1994. Associação Acordar História Adormecida. Lisboa: Loures. Ribeiro, Darcy. 1995. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

NOTAS

¹ Texto originalmente apresentado na XXIIIª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Gramado-RGS-2002. Fórum de Pesquisa: Objeto, coleções, museus e formação da subjetividade.

² O Centro Histórico de São Luís foi inscrito na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade no ano de 1997, a partir desta data se intensificaram os investimentos nesta parte da cidade.

³ Modelo patrimonial que se desenvolveu no Brasil sob o lema da política da pedra e cal desenvolvido pelo IPHAN desde 1937.

⁴ Podemos destacar, no entanto, exceções como o Museu Histórico Nacional e o Museu Paulista (ou do Ypiranga), que têm desenvolvido trabalhos pedagógicos de longa data.

⁵ Para Lévi-Strauss estes centros e casa de cultura nada mais são do que álibis para a destruição do meio ambiente promovida pela civilização urbana (1976: 291).

⁶ Os bens culturais aqui designados “marginais populares” incluem os bens produzidos pelos indígenas, negros, grupos de imigrantes e populares propriamente ditos: operários, camponeses, etc.

⁷ Constituído principalmente pelos herdeiros da aristocracia luso-brasileira escravocrata, que forjaram a mitologia da Atenas Brasileira através dos vultos poéticos, literários e intelectuais.

⁸ Gilberto Freyre (1972), Fernando de Azevedo (1971), Darcy Ribeiro (1995), Sérgio Buarque (1995), entre outros clássicos.

⁹ A importância das memórias da paisagem e da natureza é cada vez mais intensificada. Por exemplo, os tombamentos do bairro rural do Cafundó em São Paulo; os terreiros de Candomblé em São Paulo, Maranhão, Bahia; e a

floresta da Tijuca na região metropolitana do Rio de Janeiro.

¹⁰ Davallon, Jean e Carrier. La Societé des musées québécois. *Musées*, 8:29-31, primavera de 1985.

¹¹ Idéia que lembra muito as propostas de arte-ação de Mário de Andrade (Coelho, 1999, 2001).

¹² No Brasil podemos citar o trabalho em torno das Memórias de Armandinho do Bixiga (Moreno, 1996) e em Portugal a proposta do Museu das Crianças (1994).

¹³ Lévi-Strauss no seu livro *Antropologia Estrutural I* coloca em destaque o que designou como as Missões Próprias da Antropologia. Neste texto, intitulado *O lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino* (Unesco-1954) o autor estabelece que a tarefa do antropólogo é “reconhecer e isolar níveis de autenticidade” (1975: 408-9).

¹⁴ O recente processo de tombamento da Casa das Minas ilustra este pensamento. Como registrou Sérgio Ferretti: “As vodúnsis... não querem que a Casa se acabe. Dona Amância reclamava que havia pessoas querendo transformar... em Terreiro de Umbanda. No passado, as velhas falavam que, quando não houvesse mais ninguém, a Casa ficaria para o Estado e viraria Museu. Também... nos disseram que as antigas combinaram entre a Casa das Minas e a de Nagô, se uma delas fechasse, a outra cuidaria das coisas” (1998: 278).

¹⁵ Ver os trabalhos de Castoriadis, especialmente o texto *A Autonomia em Política* (1998) e a série de textos que compõem *As Encruzilhadas do Labirinto* (1992, 2002).

¹⁶ Deve-se lembrar que há 10 anos que não se tem uma política cultural articulada e gerenciada por um Conselho de Cultura legítimo e democrático.

¹⁷ O Grupo de Pesquisa Patrimônio e Memória do PPGCS/UFMA está empenhado em participar de novas propostas de ação cultural do Programa de Educação Patrimonial do Núcleo Gestor da Prefeitura de São Luís. Recentemente realizamos trabalho de coleta de fotos e de criamos uma Oficina de Fotografia com crianças de 9 a 14 anos, moradoras do bairro de

Desterro e do Portinho, no Centro Histórico da Capital.

18 Terreiros de Mina, Candomblé e Umbanda; Bairros Rurais; Vilas Caiçaras; Aldeias Indígenas; Remanescentes de Quilombos; Memórias de Imigrantes: p. ex. os sírios-libaneses no Maranhão e Amazônia. Patrimônios e memórias dos Brasis na História: Crioulo, Caboclo, Sertanejo e Caipira (Ribeiro, 1995).

Recibido: 25 de agosto de 2005

Aceptado: 1 de diciembre de 2005

Sometido a evaluación por pares anónimos